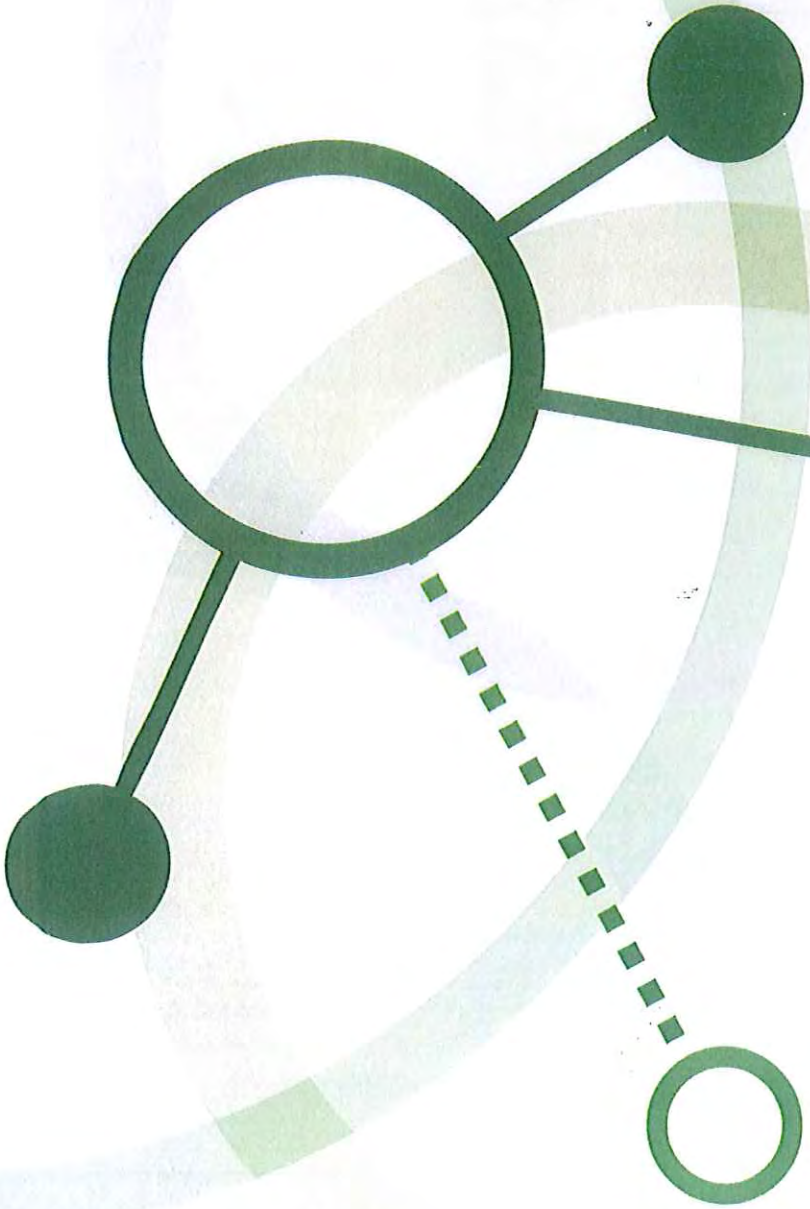


GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Contrato de Autonomia

PREÂMBULO

1 - CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA D. DINIS - PAIÃ

1.1 - Nota histórica

A Escola Profissional Agrícola D. Dinis-Paiã (EPADD), é uma das mais antigas escolas agrícolas do país. Foi criada em 1917, às portas da capital - na Paiã -, com o nome de "Escola Profissional de Agricultura do Distrito de Lisboa", por deliberação da Junta Geral do Distrito de Lisboa.

A sua história, rica de experiências e de sucessos, encerra as vicissitudes e sobressaltos que acompanharam o desenvolvimento do Ensino Técnico e Profissional ao longo dos séculos XX e XXI. No passado recente e em consequência da conversão da "Escola Secundária D. Dinis-Paiã" em "Escola Profissional Agrícola D. Dinis-Paiã", ocorrida em 17 de Abril de 1995, com a publicação da Portaria nº 317/95 de 17/4, retoma a sua missão de formar/qualificar técnico-profissionais de nível IV, Cursos de Educação Formação nível 2 tipo 2 e tipo 3 e outros, para responder às necessidades do tecido económico do país e da região em que se insere.

Pesem embora as mudanças, por que passou, a Escola continua a ser procurada por alunos de todo o país - agora com predominância de alunos originários do concelho de Odivelas e da região de Lisboa e Vale do Tejo - e a ser prestigiada entre as suas congéneres e entre as empresas e os agentes económicos que se movem nas áreas de atividade que têm afinidade com o ensino ministrado. É uma escola viva, renovada com capacidade para enfrentar as exigências do presente e os desafios do futuro.

1.2 - Dimensão e condições físicas da escola

A Escola dispõe de um espaço agrícola com cerca de 63 ha constituído pelo setor vegetal (culturas arvenses, hortoflorícolas e arbóreo-arbustivas), setor da pecuária, setor das oficinas tecnológicas e setor social e de serviços. Este último é constituído por estruturas e espaços onde funcionam os serviços de aulas, de internato, de administração escolar e de restauração (bufete e refeitório).

Para desenvolver a atividade escolar, existem 26 salas de aula (sendo seis específicas para aulas práticas), uma biblioteca, quatro laboratórios, oficinas tecnológicas (adega, queijaria, destilaria, fumeiro, e outras), anfiteatro e campos de jogos ao ar livre, distribuídos por vários edifícios e espaços agregados a três núcleos escolares (Exploração Agrícola-Paiã, Museu, Centro Escolar). As aulas práticas são ministradas em salas específicas, nos laboratórios, na exploração agro-pecuária, no campo ou, em instalações como a vacaria, a pocilga, o ovil, a oficina de mecanização, os picadeiros, as estufas, entre outros.

A grande dispersão dos setores é um fator que condiciona fortemente a organização e funcionamento, não retirando à escola as condições estruturais e físicas adequadas à especificidade do ensino ministrado e às exigências de espaço caraterísticas de uma população juvenil. A especificidade da sua estrutura física e funcional permite-lhe aproximar-se de uma verdadeira empresa agrícola e agro-industrial sem perder - reforçando mesmo - as caraterísticas de uma escola/centro de formação.

Entende-se, portanto, que a escola está razoavelmente dotada de instalações e infra-estruturas para o desenvolvimento das atividades escolares e serviços de apoio que respondem satisfatoriamente, no que à qualidade e segurança diz respeito, havendo ainda grande potencial de crescimento e melhoria, nomeadamente, no aumento das modalidades de formação que poderão estender-se aos cursos vocacionais e à formação de ativos.

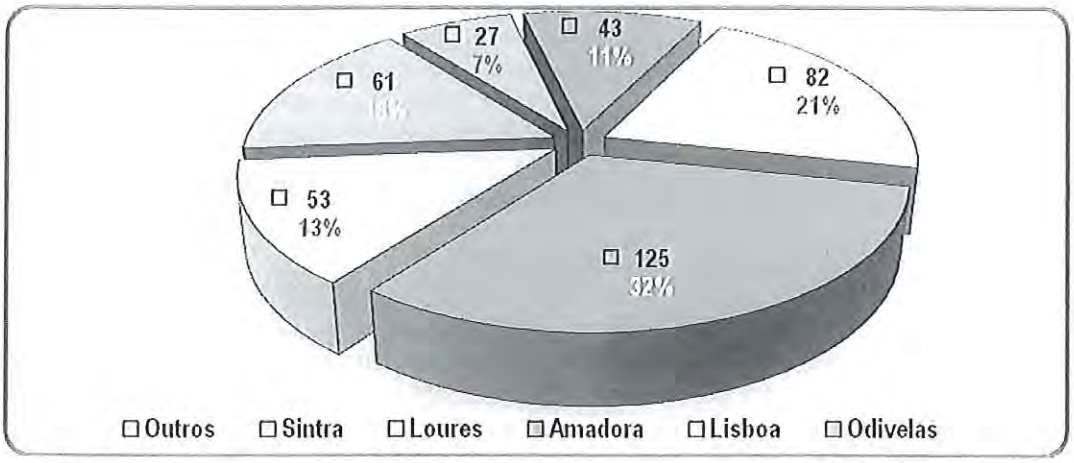
Por outro lado, a existência de infraestruturas como os alojamentos para equinos, picadeiros, que integram o Centro Hípico da Escola e outras, como o Núcleo Museológico, configura um potencial de crescimento da escola assinalável não só no desenvolvimento de projetos já instalados, como no aparecimento de outros, enquadrados em áreas curriculares ou, no âmbito da prestação de outros serviços à comunidade envolvente. Porém há um défice de instalações

adequadas à prática da Educação Física, com especial destaque para a ausência de pavilhão gimnodesportivo ou ginásio, o que determina adaptações de espaços e o condicionamento na prática de algumas modalidades desportivas.

1.3 - Contexto geográfico e social

Sedeada no extremo SW do concelho de Odivelas, freguesia da Pontinha, lugar de Paiã, com proximidade a bairros problemáticos, acolhe alunos originários de vários concelhos e regiões. Cerca de 87% dos alunos que frequentam a escola, residem no concelho de Odivelas e concelhos limítrofes,(conforme Gráfico I relativo à distribuição geográfica), mas a existência de instalações para acolhimento de alunos em regime de internato - no corrente ano letivo acolheu 22 alunos de um total de cerca de 390 alunos matriculados - e de bons meios de comunicação, permite a frequência da escola por parte de alunos oriundos de outras localidades.

Gráfico I
Origem Geográfica por Concelho



As caraterísticas e origens sociológicas das famílias dos alunos, sendo diversificadas não causam impactos significativos ao nível da organização escolar, embora a recente aposta, na oferta de cursos de educação formação (CEF), aconselhe especial atenção por parte do pessoal docente, e não docente e implique a adoção de estratégias diversas das adoptadas para a generalidade dos alunos dos cursos profissionais. O conjunto de alunos originários de famílias socioeconómica e culturalmente desfavorecidas e desestruturadas, com fracas habilitações literárias, é já significativo e poderá explicar percursos escolares de acentuado ou relativo insucesso e de abandono.

1.4 Caraterização da oferta formativa

A Escola oferece formação nos domínios agrícola, do ambiente, da transformação agro-alimentar, da equinicultura e da jardinagem.
No que respeita aos níveis de educação e ensino ministrados, a diversidade existente na escola resulta sobretudo da oferta de CEFs (3 turmas do 1º ano e 2 turmas do 2º ano, CEF Tipo 2, e 1 turma do CEF Tipo 3) e de cursos profissionais de nível IV (catorze turmas). O número de turmas e alunos da escola (entre 17 e 20 turmas para cerca de 350 alunos em média nos últimos anos), parece-nos o mais adequado à atual capacidade de acolhimento e ao quadro de pessoal docente, embora seja possível o aumento de duas ou três turmas.
A oferta formativa que, no ano letivo 2012/2013, integrou CEFs (118 alunos) e Cursos Profissionais (273 alunos), conduz a que a escola seja procurada por um número significativo de

alunos, com fraca apetência pelo ensino teórico, científico e de investigação, que após percursos mais ou menos difíceis, são orientados, ou buscam, a frequência desta formação.

1.5 - Pessoal docente

O corpo docente da escola é estável - 64% (41 num total de 64) pertence ao quadro (de escola ou de zona pedagógica) - e qualificado, com muita experiência profissional. Apenas em alguns grupos de recrutamento e áreas especializadas há necessidade de recorrer ao recrutamento anual selecionando-se os mais qualificados, experientes e com ligações ao mercado de trabalho. É portanto, na grande maioria um corpo docente identificado com a Escola. O Departamento de Matemática e Ciências Experimentais comporta a maioria dos professores (48, onde se incluem os de técnicas especializadas).

1.6 - Pessoal não docente

Consideramos este um dos pontos mais sensíveis da instituição. O número insuficiente de assistentes operacionais é um constrangimento de tal ordem grave que pode, a qualquer momento, pôr em risco o funcionamento e a segurança da escola. Esta situação é tanto mais grave quanto se sabe que é necessário assegurar o acompanhamento diário (noturno e diurno e também aos fins de semana e feriados) das várias atividades em curso. A dimensão física da escola, a dispersão dos diferentes serviços, o internato masculino e feminino, as culturas agrícolas instaladas, o efetivo pecuário existente e os horários de execução de determinadas tarefas, exigem um número de funcionários que não é compatível com os rácios preconizados para a generalidade das escolas. A exigência de grande polivalência para o desempenho de múltiplas funções constitui também um constrangimento ao nível do pessoal não docente.
Para assegurar o funcionamento dos Serviços de Administração Escolar, a Escola dispõe de 5 funcionários nos quais se inclui a coordenadora dos assistentes técnicos.
O número de assistentes operacionais - antigas categorias de AAE, Auxiliares Técnicos, Auxiliares Agrícolas, Tratadores de Animais, Tratorista, Ajudantes de Cozinha, Guardas Noturnos, Eletricista, Carpinteiro e outras -, está neste momento reduzido a 23, número que se considera insuficiente, dados os múltiplos setores a que têm que acorrer, e a dispersão dos espaços e instalações bem como a multiplicidade e especificidade de tarefas que têm que realizar. O facto de terem deixado de existir carreiras diferenciadas como as atrás referidas constitui um constrangimento para o funcionamento de setores como a exploração agro-pecuária, pois a maior parte dos assistentes operacionais não tem conhecimentos ou sensibilidade para o desempenho de tarefas ligadas à produção vegetal ou animal ou outras ligadas à manutenção de infraestruras essenciais. Atualmente a afetação dos Assistentes Operacionais aos setores é a seguinte:
2 para o bufete, 2 para vigilância do internato, 1 guarda noturno (atualmente de baixa médica prolongada), 1 para a reprografia e papelaria, 1 para a biblioteca CRE, 4 para o serviço de apoio às aulas, 1 para o serviço de portaria/telefone, 3 para o serviço de limpeza ao internato e edifício administrativo e vigilância de espaços exteriores, 2 para os laboratórios e oficinas tecnológicas, 1 para o setor agrícola, 2 para o setor pecuário - para o maneio de mais de 150 animais distribuídos por mais de 10 espécies) -, 1 tratorista/motorista de pesados (a aguardar aposentação), 1 para a coordenação dos assistentes operacionais.
O pessoal não docente evidencia, no geral, elevado nível de assiduidade. Associada à assiduidade, é de sublinhar a grande especialização de alguns funcionários em determinadas àreas da atividade sobretudo, as ligadas ao maneio animal, ao setor da horticultura e fruticulcura, máquinas agrícolas e oficinas tecnológicas. Também de sublinhar, a abertura que muitos revelam para cooperar em atividades e áreas que manifestamente se situam fora do conteúdo funcional a que estão obrigados. A intervenção dos funcionários afetos ao serviço de aulas, administrativos, ou de restauração, em atividades agrícolas ou de manutenção e recuperação de edifícios e equipamentos, ilustra essa postura.

1.7 - Princípios Orientadores do Projeto Educativo da Escola

Conforme consta do **Projeto Educativo da Escola** (PEE), entende-se o processo de formação como um processo contínuo e não circunscrito apenas à comunidade escolar, mas antes, como um processo que possa associar em parceria outros atores e comunidades, nos diversos domínios educativos e profissionais. Uma formação concebida, portanto em largo espetro, formação dos alunos, dos professores, dos assistentes operacionais e assistentes técnicos, dos pais, encarregados de educação e da comunidade ou comunidades em geral.

A formação integral da personalidade da criança e do jovem constitui, hoje, uma exigência cada vez maior e não é, seguramente, tarefa exclusiva da escola ou de outras formas institucionalizadas de educação, pois à família compete iniciar o jovem nos padrões de cidadania e cultura da sociedade a que pertence. É no seio da família que se vai tecendo a identidade pessoal e social, processo a que a escola deve dar continuidade, sempre em interação dinâmica com o contexto familiar.

Não cabe portanto à Escola substituir-se ao núcleo familiar, mas sim celebrar com as famílias um pacto educativo orientado para o desenvolvimento humano, que autonomize os jovens para o exercício pleno da cidadania que a realidade socioprofissional contemporânea exige.

Importa, neste contexto, implementar medidas e ações facilitadoras da compreensão por todos os elementos da comunidade, da missão estratégica da Escola, ou seja, da relevância que esta assume como instituição educativa e de formação profissional na preparação de jovens com formações qualificantes, que se devem enquadrar, no presente e no futuro, nas necessidades que os diversos setores ou domínios socioeconómicos - agro-pecuária, espaços verdes e equinos, agro-alimentar e ambiente e ou na estruturação e desenvolvimento de outras ações educativas e formativas, enquadradas no Projeto Educativo - que eventualmente os tecidos social e empresarial nacional, europeu e internacional (por exemplo na cooperação com os PALOP), venham a ditar no campo da empregabilidade presente e futura, cumprindo-se assim a sua missão estratégica.

Nesta perspetiva e em síntese, como se preconiza no PEE, pretende-se que «.. à saída da EPADD, os jovens, quer a sua meta seja a empregabilidade imediata ou o prosseguimento de estudos, sejam detentores de competências de formação e desenvolvimento ao nível das componentes:

a) Humana (ao nível do ser) que o faz um profissional enquanto pessoa válida e realizada que se rege por atitudes e valores de autonomia, adaptabilidade, criatividade, flexibilidade, tolerância, segurança, maturidade, que lhe permitam construir um projeto de vida próprio;

b) Técnica (ao nível do saber e do saber-fazer) que o faz um profissional tecnicamente competente, com capacidade de intervir com eficiência e eficácia nos respetivos processos de produção em que está inserido;

c) Organizacional (ao nível do estar, do empreender, resolver problemas, tomar decisões, comunicar - o domínio da Língua Portuguesa e das Literacias Científicas, Tecnológicas, Informáticas -) que o torna um elemento da organização "colaborador" co-responsável detentor do conhecimento da organização, de sentimento de pertença da mesma, de corresponsabilidade e sentido de grupo, assumindo-se como agente de mudança na organização;

d) Transnacional (ao nível da cidadania global e técnico-científico), que o torna um profissional com competências promotoras da empregabilidade e da mobilidade profissional a nível nacional, europeu e internacional. »

No sentido de proporcionar à escola os meios para enfrentar os desafios da mudança e da melhoria contínua, e permitir aos seus utentes/clientes atingir as competências/valores referidos, considera-se essencial estabelecer um contrato de autonomia que potencie as condições de desenvolvimento dos projetos conducentes à melhoria do desempenho e à consecução das metas definidas no projeto educativo e das competências já referidas.

2 - RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Considera-se, como se refere no PEE, a qualidade educativa um princípio universal, mas também uma prioridade a nível de Escola, no sentido em que se pretende melhorar as aprendizagens dos alunos e a sua capacidade de mobilizar os conhecimentos, as competências, os valores e as atitudes, aplicando-os na resolução dos problemas e diversas situações do quotidiano com que diariamente são confrontados, quer a nível pessoal, familiar, social, escolar e, consequentemente, quando inseridos no mercado de trabalho, a nível profissional.
Neste sentido, é fundamental proceder a uma avaliação sistemática dos resultados obtidos, das práticas, metodologias e condicionalismos que conduziram a esses resultados tendo em vista a melhoria contínua do desempenho da instituição. Neste contexto, desde o ano letivo 2006/07, a escola tem uma equipa de autoavaliação que integra representantes dos setores da comunidade escolar e da autarquia, que coordena o trabalho de autoavaliação da Escola. O trabalho da equipa baseia-se na aplicação de um modelo de autoavaliação (CAF - Estrutura Comum de Avaliação), que lhe tem permitido detetar os pontos fortes e fracos da organização e implementar medidas de melhoria consideradas adequadas para a superação de constrangimentos, a otimização de pontos fortes e a eliminação ou redução dos pontos fracos.
O recurso ao observatório de qualidade, sustentado na aplicação de questionários, recolha e análise de dados, tem permitido avaliar o grau de satisfação dos diferentes atores ou grupos bem como avaliar o sucesso ou insucesso da ação educativa nas diferentes vertentes de que se reveste.
Nos resultados da avaliação externa foi destacada positivamente, a forma como a escola desenvolve o seu processo de autoavaliação e o reflexo positivo na organização do desenvolvimento desse processo.
Da aplicação do seu dispositivo de autoavaliação sobressaem os seguintes pontos fortes e fracos, também identificados no âmbito da avaliação externa e a influência destes nos resultados escolares:

a) **Pontos fortes:**

- As atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos em curso são facilitadoras da aquisição de competências sociais, cívicas e profissionais;
- A oferta educativa e formativa diversificada e adequada às necessidades e interesses dos alunos;
- A definição das prioridades educativas está sustentada nos pontos fortes e fracos identificados no processo de autoavaliação;
- A dedicação e a disponibilidade dos profissionais que trabalham na Escola e a relação de proximidade com os jovens repercute-se na inclusão sócio escolar;
- As iniciativas da Escola no sentido da melhoria dos espaços e da aquisição de equipamentos mais modernos e ajustados à evolução tecnológica contribuem para a qualidade da formação profissional dos alunos;
- A atuação dos diferentes intervenientes no processo educativo pauta-se por princípios de equidade e justiça, evidenciados nas práticas de inclusão e na atenção individualizada aos alunos;
- As práticas de gestão inovadoras e o empenho dos profissionais da Escola têm reflexos na cultura organizacional de colaboração e no bom ambiente educativo;
- A mobilização dos recursos através da celebração de protocolos e estabelecimento de parcerias, visando a aproximação da formação profissional que ministra com as práticas profissionais exigidas pelos empregadores.

b) **Pontos fracos:**

- As taxas de desistência dos alunos dos cursos profissionais nos anos iniciais do ciclo de estudos;

- O défice de reflexão que se verifica ao nível dos departamentos curriculares compromete a definição de estratégias mais motivadoras para melhorar os resultados nas áreas que registam mais insucesso;
- A não existência de práticas sistemáticas que avaliem globalmente a eficácia das medidas de apoio desenvolvidas, comprometendo a rentabilização dos recursos disponíveis;
- A elevada carga horária da componente curricular dos alunos que impossibilita um eficaz aproveitamento das atividades de apoio, de complemento curricular e extracurriculares;
- A dificuldade de implementação do trabalho cooperativo entre pares pela razão acima apontada, o que dificulta a interação ao nível dos diversos órgãos de orientação educativa da Escola;
- O aumento dos problemas de índole disciplinar, especialmente nos cursos CEF devido às problemáticas inerentes aos seus perfis pessoais e/ou aos contextos sociais de origem.

c) Resultados escolares

Dada a grande variação que se verifica, de ano para ano, no que respeita às caraterísticas individuais, enquadramentos socioculturais e económicos dos alunos, é difícil apresentar valores relativos aos resultados escolares que tipifiquem a escola e sirvam de referência. Os resultados que se apresentam reportam-se ao ano letivo 2011/2012 e, apesar do que ficou dito, permitem identificar esta área como uma das prioridades da ação da instituição no que respeita a medidas de melhoria.

QUADRO I

Resumo dos Resultados Escolares do Ano Letivo 2011/12						
Total de alunos						
CURSOS DE EDUCAÇÃO FORMAÇÃO						
	Matriculados	Transferidos	An. matrícula	Retidos	Transitados	Diplomados 2º Ano/9º Ano
Tipo 2	86	7	12	25	42	12 em 22 (54%)
Tipo 3	21	1	-	1	19	19 em 21 (90%)
Total	107	8	12	26	61	31 em 43 (70%)
CURSOS PROFISSIONAIS						
	Matriculados	Transferidos	An. matrícula	Retidos	Transitados	Diplomados (3º Ano/12ªAno)
Total	235	9	39	2	156	26 em 57 (45%)

3 - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA

A escola foi submetida à avaliação externa no ano letivo de 2009/2010, entre os dias 20 e 23 de novembro, daí resultando a classificação e a apreciação que se expressa, nos domínios seguintes:

1. Resultados - Bom

"Os alunos identificam-se com a Escola e manifestam grande satisfação e um forte sentimento de pertença."
"A Escola desenvolve um trabalho relevante no sentido de corresponder às expectativas e às necessidades dos alunos e das famílias, promovendo a integração escolar dos jovens e uma formação profissional que lhes possibilita a inserção bem sucedida no mundo do trabalho. O sucesso e o mérito dos alunos são valorizados em cerimónia pública ..."

2. **Prestação do serviço educativo- Bom**

"Têm sido implementadas estratégias de diferenciação pedagógica, de integração dos alunos nos diversos projectos e outras medidas de apoio pedagógico (...), como forma de promoção do sucesso". "A Escola definiu a sua oferta educativa e formativa diversificada, conciliando as necessidades dos alunos com os recursos disponíveis. Existe uma forte ligação às actividades profissionais ..."

3. **Organização e Gestão Escolar - Muito Bom**

"O Projecto Educativo foi elaborado tendo em conta os resultados do processo de auto-avaliação, explicita a missão da Escola e define metas quantificadas. O Projecto Curricular e o Plano Anual de Actividades constituem-se como documentos essenciais de organização e gestão, encontrando-se devidamente articulados e coerentes com as opções educativas e curriculares definidas. A dedicação e a disponibilidade dos profissionais que trabalham na Escola e a relação de proximidade com os jovens constituem-se como factores facilitadores da inclusão socioescolar..."

4. **Liderança - Muito Bom**

"O Director está empenhado em cumprir as finalidades definidas no Projecto Educativo, demonstrando capacidade de liderança e espírito de iniciativa, identificando-se com as prioridades de intervenção e mobilizando os diferentes actores ..." , "A Escola está organizada para dar cumprimento à visão constante dos documentos orientadores, constituindo-se como uma referência pela qualidade do trabalho que desenvolve. As práticas de gestão motivadoras e o empenho dos profissionais têm reflexos na cultura organizacional de colaboração e no bom ambiente educativo", "Existe uma política consolidada de forte ligação ao exterior e de articulação com empresas e instituições, visando a aproximação da formação profissional que ministra com as práticas profissionais do mercado de trabalho. A dinâmica existente é visível através da celebração de protocolos e do estabelecimento de múltiplas parcerias, com forte impacto na actividade educativa e formativa."

5. **Capacidade de autorregulação e melhoria da Escola - Bom**

"A Escola desenvolve um processo sistemático e consolidado de auto-avaliação, que envolve toda a comunidade escolar, desde a fase da concepção até à definição de acções de melhoria. Existe um conhecimento sustentado dos pontos fortes e fracos do seu desempenho, que apoiam a definição de metas, de prioridades e de medidas estratégicas, com resultados positivos nas dimensões avaliadas."

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia de escola, consagrada pelo Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria nº 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicáveis, o Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, a Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paiã e a Câmara Municipal de Odivelas, celebram e acordam entre si o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação supra referida e ainda pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
Objetivos gerais

Estando conscientes de que, como se refere no Projeto Educativo, a Escola é muito mais do que recursos financeiros, estruturas físicas, equipamentos e organogramas, reafirmamos a EPADD, como uma estrutura de cariz humano e social com vida própria, que cresce, se desenvolve e se adapta continuamente às exigências das diversas envolventes internas e externas, tendo presente a consciência e uma análise lúcida das nossas forças e das nossas fraquezas que importa superar. Nestes pressupostos, os objetivos gerais do contrato são:

1. Garantir a todos os alunos, que procuram a escola, o cumprimento da escolaridade obrigatória, assente nos princípios da igualdade de oportunidades, diversidade, justiça e qualidade de ensino público e, simultâneamente, uma preparação sólida para a vida ativa através de uma formação cultural, cívica e profissional adequadas e atualizadas, particularmente nas áreas de formação que constituem a oferta formativa;
2. Oferecer, como serviço público, diversas opções curriculares e formativas no âmbito da formação inicial e de ativos - com destaque para a qualificação de adultos, que poderá incluir o reconhecimento e certificação de competências - que vão ao encontro das necessidades dos alunos e da comunidade educativa;
3. Prestar outros serviços à comunidade, no âmbito da sua atividade, numa perspetiva lúdica, do lazer, do desporto - como a prática da equitação - e da aquisição de outras competências complementares à sua formação pessoal;
4. Criar condições facilitadoras do sucesso escolar, minimizando o abandono e a exclusão escolar, nomeadamente através de:
   a) Melhorar o clima e ambiente escolares;
   b) Promover contextos favoráveis ao desenvolvimento da cidadania e da participação ativa;
   c) Disponibilizar à comunidade escolar e à comunidade envolvente serviços direcionados a crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais, dando particular relevância a programas específicos como o Projeto de Hipoterapia;
   d) Melhorar a participação dos Pais e Encarregados de Educação e o envolvimento do tecido empresarial dos setores de atividade afins às áreas de formação da escola;
5. Promover o bem-estar e a segurança da comunidade escolar em particular através da:
   a) Promoção de redes de planeamento escolar e de apoio educativo entre a escola e a comunidade;
   b) Prevenção das situações de risco, nomeadamente através da articulação com a Segurança Social, Juntas de Freguesia, Programa Escola Segura, Projeto SEI! (Câmara Municipal de Odivelas);
   c) Articulação com a CPCJ e/ou com os serviços do Ministério Público, do Tribunal de família, em caso de comportamentos de risco;
6. Promover o desenvolvimento do Projeto Educativo Escola;
7. Preparar a comunidade educativa para a construção e vivência da autonomia responsável da Escola;
8. Optimizar as condições para fazer da Escola uma instituição educativa de referência, com identidade própria, interveniente e respeitada na comunidade local e regional, bem como a nível nacional.

Cláusula 2.ª
Objetivos operacionais

Os objetivos operacionais do contrato, até ao final do período de vigência, são:

1. Perseguir as metas de sucesso propostas pela OCDE;

2. Perseguir, no período de duração do contrato, a meta de taxas de transição médias, no 3º ciclo de 60% para os CEF Tipo 2 e de 84% para os CEF Tipo 3, com taxas de abandono escolar inferiores a 10%
3. Conseguir para o mesmo período nos cursos profissionais:
   a) No 1º ano taxas de transição próximas de 100%;
   b) No 2º ano taxas de transição de 100%;
   c) No 3º ano taxas de diplomados, próximas de 63%;
   d) Que no 1º ano de saída, 90 % ou mais dos diplomados ingressem no mercado de trabalho ou prossigam estudos;
   e) A redução de pelo menos 1% ao ano, em média, da taxa de abandono escolar.
4. Premiar o mérito através de:
   a) Publicação do Quadro de Honra e Excelência em cada um dos três períodos letivos, que incluirá os alunos que se enquadrem em critérios pré definidos, nomeadamente média das classificações igual ou superior a 16 valores e bom comportamento;
   b) Distinção em cerimónia pública do melhor aluno de cada curso ministrado, em datas pré estabelecidas - no dia da Escola e Dia do Diploma;
5. Desenvolver na escola a cultura empresarial, através da criação e desenvolvimento de projetos que visem em simultâneo a disponibilização de condições de aprendizagem em contexto real - deve destacar-se neste contexto a dinamização do Centro Hípico da Paiã, „O Programa do Urbano ao Rural", „ O Projeto de Hipoterapia", a dinamização do setor das agro-indústrias com o processamento e comercialização de produtos marca Paiã - e a valorização da escola no panorama das instituições sedeadas no concelho. Neste contexto, constitui um objetivo operacional o licenciamento, durante o período de vigência do presente contrato, das oficinas tecnológicas (em particular a Queijaria, a Adega e as oficinas de transformação de outros produtos como as compotas, etc.) e do centro hípico, para além das atividades ligadas à exploração agro-pecuária;
6. Gerar receitas próprias particularmente através da prestação de serviços e venda de bens produzidos na escola, no âmbito da sua atividade enquanto entidade formadora e empresarial. Constitui um objetivo operacional atingir no final do presente contrato um volume de receitas próprias que se situe em pelo menos 30% das despesas de funcionamento (excluindo despesas de pessoal docente e não docente);
7. Aplicar os meios financeiros gerados, no respeito pelas normas legais instituidas, nas despesas de funcionamento fixas e na beneficiação da estrutura fundiária, na conservação de edifícios e equipamentos e na aquisição de animais e plantas e de bens materiais e equipamentos, que garantam à escola uma atualização técnica permanente. Neste âmbito constitui objetivo operacional, durante o periodo de duração do contrato, para além da aquisição de animais, plantas e equipamentos, que se revelem necessários, a intervenção no património edificado numa perspetiva de conservação/beneficiação do existente ou de nova implantação, nomeadamente: A reparação/reconstrução da cobertura do armazém, da cobertura das antigas pocilgas (atuais alojamentos para equinos) e a cobertura em estrutura ligeira de um picadeiro destinado ao desenvolvimento da hipoterapia;
8. Continuar a aplicar dispositivos de autoavaliação e consequentes medidas de melhoria, que envolvam toda a comunidade educativa e permitam reforçar as boas práticas e ultrapassar ou atenuar os constrangimentos existentes.

Cláusula 3ª
Plano de ação estratégica

O plano de ação estratégica deve concretizar-se utilizando os recursos disponíveis na Escola, bem como aqueles que decorram da celebração do Contrato de Autonomia e no respeito pela legislação aplicável.

Tendo em vista a concretização dos objetivos gerais, nomeadamente os previstos nos nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 7 desenvolve-se o seguinte Plano de Ação estratégico de acordo com a seguinte descrição e quadro sintese:
No âmbito da gestão e do desenvolvimento curricular, privilegiaremos:

1. Garantir a todos os alunos iguais oportunidades e assegurar a sua plena integração na comunidade educativa;
2. A implementação de metodologias e práticas de ensino adaptadas à especificidade dos cursos;
3. A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, através da participação ativa nos diversos órgãos de coordenação pedagógica, nomeadamente nos conselhos de turma de curso e de departamento;
4. A adequação da oferta educativa adaptada às necessidades da comunidade e do mercado de emprego;
5. A promoção de medidas de apoio e acompanhamento, aos alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades educativas especiais (aulas de apoio e de compensação);
6. A promoção do apoio social e o aconselhamento e orientação vocacional dos alunos para a empregabilidade ou para o prosseguimento de estudos;
7. O aprofundamento da cultura organizacional, optimizando um planeamento estratégico adequado à missão da escola através da participação da comunidade escolar nos órgãos de gestão e coordenação, a nível individual e coletivo;
8. O desenvolvimento de uma formação prática e experimental, procurando simultaneamente o reforço prioritário do sucesso escolar na língua materna, na segunda língua, na matemática e áreas técnicas, recorrendo ao uso sistemático e diversificado das tecnologias de informação e comunicação;
9. A promoção de uma reflexão fundamentada no âmbito dos diversos órgãos, com vista à definição de estratégias e atividades adequadas às caraterísticas das turmas e dos alunos;
10. A produção de documentos e materiais adaptados para utilização pelos alunos em contexto pedagógico e de avaliação, dada a inexistência de manuais em muitas áreas/disciplinas/módulos;
11. O reforço/intensificação de contactos com as empresas e com o mundo do trabalho;
12. A formação contínua de docentes (com particular relevo nas áreas técnicas) e não docentes.

No âmbito dos processos de ensino pretende-se:

1. Promover a educação física e o desporto escolar;
2. Promover a saúde escolar, prevenção e combate ao consumo de substâncias aditivas, lícitas e ilícitas;
3. Reforçar a realização de "Semanas temáticas" (semana da matemática, das ciências, etc.);
4. Desenvolver projetos em várias áreas da vida escolar e da comunidade, sempre que possível e desejável em cooperação com outras instituições, nomeadamente, com as autarquias e tecido empresarial, motivando os intervenientes para a criatividade, para a partilha e para a participação na sociedade;
5. Promover e dinamizar iniciativas culturais, cívicas e desportivas;
6. Reforçar a dinamização da Biblioteca/Centro de recursos.

Para a concretização dos objetivos gerais previstos nos nº 3 e 4 e nos objetivos operacionais previstos nos nº 5, 6 preconizamos:

1. Criar no seio da Escola serviços ou áreas funcionais que configurem o funcionamento de pequenas unidades empresariais que proporcionem, por um lado, uma eficaz prestação de serviços ou produção de bens comercializáveis e, por outro a possibilidade de se constituirem como locais de Formação/FCT/Estágio para os alunos que frequentam a

escola ou para alunos de outras escolas. Privilegiam-se neste contexto, os Programas de Hipoterapia, o Centro Hípico, a Hortofruticultura, a Vitivinicultura e a Indústria Agroalimentar - licores, queijos,compotas, etc.

Quadro Sintese dos Projetos /Ações a concretizar

Projetos/Ações	Atividades	Estratégias	Recursos	Calendarização
Projeto Educativo de Escola/Projetos Curricular de Escola e de Turma	As previstas no Plano Anual de Atividades (PAA) e Plano Curricular de Escola e Turma	Promoção do envolvimento da generalidade dos atores em presença nas várias atividades previstas no PAA incluindo as atividades curriculares.	Todos os recursos materiais e humanos disponíveis	Anualmente e durante a vigência do contrato
Constituição de Núcleos empresariais (Oficinas Tecnológicas. Centro Hípico...)	Organização e implementação das unidades de produção associadas à transformação de produtos de origem vegetal e animal ou à prestação de serviços	Envolvimento dos alunos/estagiários no processo de funcionamento dos vários núcleos transmitindo-lhes os conceitos e práticas inerentes ao funcionamento de pequenas unidades industriais ou de prestação de serviços. Ligação ao tecido produtivo/empresarial da região. Criação de Marcas comerciais.	Instalações (Queijaria, Adega, Exploração Agrícola)	Anualmente e durante a vigência do contrato. Prevê-se que no final do contrato estejam em pleno funcionamento e devidamente licenciados, os serviços/setores de atividade.
Cooperação com os „Produtores de Marmelada Branca de Odivelas“	Plantação e exploração de um pomar para produção de matéria prima - marmelos - para fornecer aos empresários/produto-res de Marmelada	Envolvimento de alunos dos Cursos de P. Agrária e de Proc. e Controlo da Qualidade Alimentar na plantação, manutenção e exploração do pomar, na transformação dos frutos e no controlo do produto tansformado.	Infraestrutu-ras, equipa-mentos e recursos humanos da escola e exteriores à escola	Ao longo de cada um dos anos letivos. Pretende-se em cada um dos anos de duração do contrato fornecer em média cerca de 10 ton. de frutos
Organização do Centro Hipico da Paiã.	Atividades de ensino/formação na àrea do hipismo, em que para além das atividades curriculares da escola se ministram aulas de equitação e a hipoterapia dirigidos às unidades de Ensino estruturado e de apoio à multideficiência e à comunidade em geral	Intervenção de alunos e professores, num processo de integração dos alunos na atividade e na cultura empresarial. Cooperação com a CMO e outras Instituições sem fins lucrativos, na disponibilização de serviços à comunidade. Disponibilização de estágios curriculares.	Infraestrutu-ras (picadei-ros, pistas, alojamentos de equinos) e recursos humanos como alunos e professores e tratador	Entre 1 de setembro e 31 de julho de cada ano letivo. Espera-se no termo do contrato dispor de um centro hipico devidamente licenciado e funcional
Constituição e implementação da Equipa Multidisciplinar /Gabinete de apoio ao Aluno	Apoiar e orientar e integrar alunos com dificuldades de inserção na comunidade escolar, numa perspetiva multidisciplinar	Os diferentes serviços - Psicólogo, Educação Especial, Gabinete de Saúde, Serviço de Apoio júridico, Projeto SEI, outros- congregarão esforços e sincronizarão a sua ação no sentido de solucionarem os problemas suscitados por alunos com problemas mais complexos.	Serviços de apoio aos alunos, professores, assistentes operacionais e recursos de natureza material **Psicólogo -**	Anualmente no decurso de cada ano letivo

			recurso adicional atribuido pelo MEC	
Programa do Urbano ao Rural	Visitas guiadas e ateliers destinados a alunos do pré escolar e 1°, 2 °, 3° ciclos e pontualmente ao ensino secundário ou outros níveis de ensino, sendo a meta pretendida um universo anual de visitantes próximo do milhar	Cooperação com os serviços técnicos da CMO na implementação do programa, alocando recursos materiais e humanos, numa perspetiva de ensino aprendizagem, em que os alunos dos cursos ministrados na escola intervêm simultaneamente como formadores e formandos.	Instalações como as oficinas tecnológicas, picadeiros, estufas, jardins e recursos humanos que incluem técnicos da CMO	Ao londo do ano letivo, entre outubro e julho
Projeto Hipoterapia de Odivelas	Proporcionar diariamente a prática de equitação numa perspetiva terapeutica a alunos das unidades de ensino estruturado e de apoio à multideficiência do Concelho de Odivelas para um universo anual de cerca de 60 a 70 alunos	Constituição de equipas de professores/monitores (Três por cada aluno) que proporcionam atividades de equitação terapeutica com durações médias de 15 minutos por aluno, tendo em vista a melhoria do estado de saúde fisico e mental.	Picadeiro, equinos, equipamen-tos de segurança e equipas de professores/monitores	Ao londo do ano letivo, entre outubro e julho
Torneio Inter Turmas	Organizar torneios desportivos em modalidades como Futsal, Voleibol, etc.	Estimular o espírito competitivo e desportivo nos alunos promovendo competições interturmas.	Instalações desportivas, professores e alunos	Ao longo de cada um dos anos letivos
Desporto Escolar	Participar nas modalidades organizadas no âmbito do desportio Escolar	Sensibilizar os alunos para a prática desportiva envolvendo-os em atividades desportivas em representação da escola.	Instalações desportivas , alunos e professores	Ao longo de cada um dos anos letivos
Torneio das Escolas Profissionais Agrícolas	Treinar e competir nas modalidades estipuladas em cada ano	Fomentar nos alunos o espirito competitivo saudável como forma de interagir/cooperar com as escolas congéneres na perspetiva de conquistar pelo menos um lugar medalhado.	Instalações desportivas,alunos e professores	Competição a realizar no final de cada ano letivo durante o mês de junho

Cláusula 4ª
Competências reconhecidas à escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência reconhece à Escola as seguintes competências para o desenvolvimento da sua autonomia:

1. Organizar as atividades escolares letivas, de complemento curricular e extracurriculares - no âmbito da sua atividade empresarial - de acordo com os princípios orientadores do Projeto Educativo de Escola respeitando a legislação em vigor;
2. Desenvolver em articulação com as demais escolas profissionais agrícolas do país áreas de especialização na oferta formativa, quer na formação inicial quer na formação de ativos, em necessária articulação com a rede formativa/educativa definida pelo MEC.

3. Conceber contratos de publicidade com empresas no âmbito da lei vigente para eventuais patrocínios e atividades da escola ou criação de receitas próprias, caso haja conformidade legal. Aprofundar a autonomia de gestão das receitas próprias da escola, segundo as necessidades;
4. Contratar um técnico especializado - Psicólogo para apoio aos alunos no âmbito dos vários serviços e programas de acompanhamento.

Cláusula 5ª
Compromissos da Escola

Com vista a cumprir os objetivos gerais e operacionais constantes do presente contrato, a escola compromete-se e fica obrigada a:

1. Prestar e cumprir um serviço público de educação;
2. Concretizar as ações prescritas no Plano Anual de Atividades;
3. Melhorar o desempenho da escola nas diferentes áreas de atuação ultrapassando os constrangimentos evidenciados pela aplicação de um processo de avaliação sistemático e contínuo, que envolve os diversos agentes educativos;
4. Melhorar os resultados escolares no final de cada ciclo de formação;
5. Promover a dinamização de sessões, pelo SPO, com vista à resolução de problemas;
6. Apoiar a inovação e a investigação mediante a adoção de boas práticas docentes;
7. Incentivar a formação e especialização dos docentes;
8. Reforçar a intensificação de contactos com o tecido empresarial;
9. Manter com todos os parceiros um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrente da lei e do presente contrato;
10. A Escola compromete-se ainda, sempre que necessário e útil, a criar novas parcerias e a manter parcerias com várias instituições que com ela se disponham a cooperar no âmbito da formação e desenvolvimento de projetos, nomeadamente com: a Câmara Municipal de Odivelas, a Junta de Freguesia da Pontinha, a Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Sintra, a Câmara Municipal de Oeiras, a Câmara Municipal da Amadora, a Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, a Cooperativa Agrícola de Loures, a GNR, a Quercus, o Serviço de Pediatria do Hospital de Santa Maria, a empresa Beltrão Coelho, a empresa Valorsul e muitas outras, que se têm constituído como mais-valias importantes no âmbito da colaboração institucional. O Município de Odivelas tem sido e continuará a ser um parceiro privilegiado no estabelecimento de protocolos e desenvolvimento dos projetos já referidos e noutros de grande relevância para a escola e para a comunidade como „A Eco Pista", „As Hortas Urbanas" e outros, para além da cooperação em estágios no âmbito da formação em contexto de trabalho;
11. Aprofundar os protocolos de cooperação já existentes, nomeadamente com a Câmara Municipal de Odivelas, para a continuidade e aprofundamento de projetos emblemáticos (Hipoterapia de Odivelas, Programa do Urbano ao Rural, Núcleo Museológico e outros) e estabelecer novos protocolos tendo em vista o desenvolvimento de novos projetos.

Cláusula 6ª
Compromissos do Ministério da Educação e Ciência

Pelo presente contrato o Ministério da Educação e Ciência compromete-se e obriga-se a:

1. Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente contrato, nos limites do orçamento da escola;
2. Autorizar a contratação de um psicólogo (com horário completo), de acordo com o palno de ação estratégica;
3. Manter com a escola um relacionamento institucional direto e colaborante, no quadro da delimitação de competências decorrentes da lei e do presente contrato;
4. Proporcionar apoio a questões de índole jurídica.

Cláusula 7ª
Compromissos dos parceiros

Pelo presente contrato a Câmara Municipal de Odivelas compromete-se e obriga-se a:

1. Tomar as decisões e as medidas indispensáveis à viabilização e concretização dos programas e projetos de parceria com a EPADD, essenciais ao desenvolvimento e aprofundamento curricular da oferta educativa e formativa da escola, dentro dos limites do orçamento e competências Municipais, nomeadamente:
   a) Dar continuidade ao acompanhamento e apoio técnico aos Projetos, nos termos e condições previamente acordados em Protocolo;
   b) Disponibilizar os recursos humanos, logísticos e materiais aos Projetos, nos termos e condições previamente acordados em Protocolo;
   c) Disponibilizar as infraestruturas e equipamentos municipais para a educação e formação dos alunos que frequentam a escola, nos termos e condições a acordar previamente.
2. A alargar, diversificar e desenvolver formas de cooperação, de comum acordo, para promover a empregabilidade dos alunos e o relacionamento da EPADD com o tecido empresarial local nas áreas da oferta educativa e formativa da escola, ao nível:
   a) Do escoamento dos produtos agropecuários;
   b) Da criação de uma bolsa de locais de estágio profissionalizantes, no tecido empresarial local e regional, adaptados às necessidades profissionais dos alunos.
3. A apoiar a promoção e organização dos seminários, encontros, exposições, ações de sensibilização e formação, destinadas a alunos, docentes, não docentes, pais e encarregados de educação e comunidade em geral.
4. A rentabilizar os recursos existentes no concelho e criar condições facilitadoras de trabalho, no âmbito das atribuições de ambas as partes, com vista ao aprofundamento da parceria em torno da concretização do Projeto Educativo da EPADD.
5. Participar na Comissão de acompanhamento prevista no artº 9º da Portaria nº 265/2012, de 30 de agosto e na cláusula 9ª do presente contrato de autonomia.

Cláusula 8ª
Duração do Contrato

1. O presente contrato de autonomia vigorará até ao termo do ano letivo 2015/2016.
2. O presente contrato pode ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo entre as partes, respeitando o requisito previsto na alínea a) do artigo 6º da presente portaria.

Cláusula 9ª
Acompanhamento e monitorização

1. A escola constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída pelo Diretor da Escola e por, pelo menos, mais dois docentes de carreira, designados para o efeito, com as seguintes competências:
   a) Monitorizar o cumprimento e a aplicação do presente contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;
   b) Monitorizar os processos de autoavaliação da escola;
   c) Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
   d) Constituir meio de interlocução com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência.

Cláusula 10ª

Casos omissos

Todas as matérias não reguladas no presente contrato serão regidas pela lei geral aplicável.

Assinaturas

O Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
República Portuguesa
DIRECÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

José Alberto Moreira Duarte

O Diretor da Escola Profissional Agrícola D. Dinis

José Aires Matos Pereira da Silva

A Presidente do Conselho Geral da Escola Profissional Agrícola D. Dinis

Manuela José Martins Pinto Vilar

Parceiro

A Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

Susana de Carvalho Amador

Homologo

O Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar

João Casanova de Almeida

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

DGEstE

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

Praça de Alvalade, nº 12 - 1749-070 Lisboa

www.dgeste.mec.pt/